



Banco Cargill



CNPJ nº 03.609.817/0001-50

Banco Cargill S.A.

Aos senhores clientes e à sociedade, Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco Cargill S.A. ("Banco Cargill"), referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

O tema central no mercado internacional em 2022 foi a inflação crescente em contexto de reabertura e de retirada das restrições impostas pelos governos durante a pandemia. Além disso, a invasão da Ucrânia pela Rússia e a desaceleração da China em função de novas ondas da pandemia aprofundaram a pressão inflacionária.

Em resposta a esses eventos, Bancos Centrais das principais economias iniciaram a

normalização das taxas de juros para patamares contracionistas, essa dinâmica contribuiu para a desaceleração global dos últimos trimestres de 2022.

No Brasil, a economia tem crescimento esperado de 2,8% na média do ano de 2022, melhor que o esperado inicialmente que era crescimento próximo de zero. O Brasil

recebeu o impulso vindo da alta dos preços de commodities causada pela guerra

Rússia-Ucrânia. O avanço da cobertura vacinal e superada a onda de Ômicron, a

economia passou por uma maior reabertura que adicionou dinamismo.

Adicionalmente, ao longo do ano, o governo implementou diversas medidas de

estímulo, tanto via cortes de impostos (IPI, ICMS, PIS/COFINS), liberação de

recursos (saque extraordinário do FGTS, pagamento antecipado do 13º do INSS),

quanto via aumento de gastos (auxílio Brasil).

A inflação no Brasil, também trouxe surpresas expressivas em 2022, o Índice

Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), indicador oficial de inflação do país,

fechou em alta acumulada de 5,79%, acima do limite da meta estabelecida pelo

Conselho Monetário Nacional (CMN), de 5%.

A alta da taxa de juros, que começou no Brasil antes do resto do mundo, também

parou mais cedo, a taxa básica de juros (Selic) fechou em 13,75% ao ano, patamar

que se manteve desde agosto de 2022, encerrando um forte ciclo de altas de 11,75

índices percentuais em pouco mais de 8 meses. O Banco Central interrompeu o ciclo

de altas prometendo cautela na condução da política monetária, e sinalizando que

seguiria avaliando se a estratégia atual de manter juros elevados por período

suficientemente prolongado será adequada para garantir a convergência da inflação

para as metas.

Após vitória apertada de Luiz Inácio Lula da Silva para cumprir seu terceiro mandato presidencial, o foco dos esforços de transição do governo se concentrou na aprovação de uma licença para gastos públicos acima do teto em 2023, elevando significativamente o déficit esperado. Com dívida já relativamente alta para país emergente, com um custo alto de juros, os mercados brasileiros encerraram 2022 pressionados pela incerteza fiscal, e pela pouca sinalização sobre próximos passos de política econômica.

Nos Estados Unidos, a taxa de juros básica aumentou mais de 400 pontos básicos (pb). A inflação permaneceu acima da meta de 2% e os indicadores comprovaram

continua desaceleração da economia, com possível recessão no 1º semestre de 2023.

Na Europa, a alta da inflação para próximo a 10% forçou o Banco Central Europeu (ECB) a: aumentar os juros de -0,5% no início do ano para 2% na reunião de dezembro, e a anunciar a redução do seu balanço de ativos.

Na China, o destaque foi a manutenção de uma política altamente restritiva de combate ao coronavírus em 2022 em contexto de desaceleração econômica, reforçada pelas políticas de redução da alavancagem do setor imobiliário e de diminuição da inflação, que permitiu a implementação de políticas monetárias estimulativas.

O cenário global em 2023 assume menor crescimento global; inflação declinante, mas ainda elevada; e continuação da alta dos juros básicos no início do ano, com sua estabilidade pelo menos até as últimas reuniões do ano.

Desempenho

O Banco Cargill encerrou o exercício de 2022 com R\$ 4.007.061 mil em ativos (R\$ 4.630.692 mil em dezembro de 2021), decréscimo de 13% em relação ao apresentado no exercício de 2021 e a carteira de crédito apresentou acréscimo de 13% atingindo R\$ 3.263.166 mil (R\$ 2.885.101 mil em dezembro de 2021). Além disso, encerrou o exercício com lucro de R\$ 68.351 mil (R\$ 82.884 mil em 2021).

Governança Corporativa

O Banco Cargill presta serviços e fornece empréstimos a clientes agrícolas, industriais e cooperativas, por meio de um processo de aprovação de crédito ágil, conquistado pelo conhecimento do agronegócio e por seus processos de análises robustos e eficientes.

A administração do Banco Cargill adota as melhores práticas de mercado, especialmente quando se trata de governança e transparéncia. O Banco Cargill mantém a sua base de crescimento sustentável - estabelecida no conjunto de normas e procedimentos - fortalecida a fim de assegurar o cumprimento das determinações legais e regulamentares. Além disso, segue as diretrizes, políticas e o Código de Conduta da Cargill, um manual baseado em sete princípios éticos que regem a condução dos negócios da empresa em todo o mundo.

Sustentabilidade

O futuro do nosso negócio depende da capacidade de transformação em toda a cadeia produtiva. Assumir um lugar de liderança em alimentação segura, responsável e sustentável passa necessariamente pelo modo como gerenciamos a cadeia de valor e pelos nossos compromissos com o meio ambiente e as comunidades em que atuamos. Entendemos que para atingir o nosso objetivo de ajudar o mundo a prosperar dependemos do engajamento com produtores rurais, comunidades, clientes, ONGs, governos, instituições nacionais e internacionais. Para isso, a Cargill investe em um relacionamento contínuo com esses públicos a fim de contribuir para a contínua evolução da empresa, do setor e do Brasil.

Considerações finais

O Banco Cargill não se enquadra no escopo da Resolução CMN nº 4.776/20 válido até 31 de dezembro de 2021 e posteriormente pela Resolução CMN nº 4.818/20 válida a partir de 01 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB. Entretanto, acompanhamos os normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil, que visam à redução de assimetrias entre os padrões contábeis brasileiros e internacionais. Gostaríamos de agradecer aos nossos clientes e acionistas pela confiança e credibilidade, assim como aos nossos funcionários, fornecedores e parceiros que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 28 de março de 2023

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	2º semestre	2022	2022	2021
Receitas da intermediação financeira	141.800	299.688	439.288	
Operações de crédito	18a	52.008	81.549	281.859
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	18b	42.083	78.919	27.840
Resultado de operações de câmbio	18f	47.709	139.220	129.589
Despesas da intermediação financeira	(108.589)	(344.824)	(383.460)	
Operações de captação no mercado	18d	(1)	(233)	(547)
Operações de empréstimos e repasses	18e	(90.226)	(153.572)	(370.439)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	18c	(18.362)	(191.019)	(12.474)
Resultado bruto da intermediação financeira		33.211	(45.136)	55.828
Resultado de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	6f	(10.396)	(2.277)	(10.394)
Outras receitas/(despesas) operacionais		12.362	137.138	57.599
Receitas de prestação de serviços		818	818	1
Despesas de pessoal	18g	(3.637)	(4.909)	(4.666)
Outras despesas administrativas	18h	(4.299)	(8.075)	(8.134)
Despesas tributárias	18i	(2.749)	(11.222)	(6.477)
Outras receitas operacionais	18j	27.708	232.151	92.121
Outras despesas operacionais	18k	(5.479)	(71.625)	(15.246)
Resultado operacional		35.177	89.725	103.033
Resultado não operacional		–	6	–
Resultado antes da tributação sobre o lucro		35.177	89.731	103.033
Imposta de renda e contribuição social	13a	3.150	(21.380)	(20.149)
Provisão para imposto de renda		377	(1.396)	(12.060)
Provisão para contribuição social		343	(1.091)	(10.488)
Ativo fiscal diferido		2.430	(18.893)	2.399
Lucro líquido no semestre/exercícios		38.327	68.351	82.884
Quantidade de ações do capital social	486.949.354	486.949.354	454.197.354	
Lucro líquido por ação no semestre/exercícios - R\$1,00		0,08	0,14	0,18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital	Aumento de capital	Reservas de lucros	Estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	408.475	51	25.651	201.559	52	635.788	
Aumento de capital	–	45.671	–	–	–	–	45.671
Resultados abrangentes - TVM disponíveis para venda líquido de impostos (nota 5a)	–	–	–	–	(248)	–	(248)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	82.884	82.884
Destinações:	–	–	–	–	–	–	–
Reservas	–	–	4.144	78.740	–	(82.884)	–
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,18 por ação)	–	–	(60.000)	–	–	(60.000)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	408.475	45.722	29.795	220.299	(196)	704.095	
Saldo em 30 de junho de 2022	454.197	–	31.296	248.822	(129)	734.186	
Aumento de capital	–	32.752	–	–	–	–	32.752
Resultados abrangentes - TVM disponíveis para venda líquido de impostos (nota 5a)	–	–	–	–	388	–	388
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	–	38.327	38.327
Destinações:	–	–	–	–	–	–	–
Reservas	–	–	1.917	36.410	–	(38.327)	–
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,08 por ação)	–	–	(42.000)	–	–	(42.000)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	454.197	32.752	33.213	243.232	259	763.653	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	408.475	45.722	29.795	220.299	(196)	704.095	
Aumento de capital	–	32.752	–	–	–	–	32.752
Homologação do aumento de capital	45.722	(45.722)	–	–	–	–	–
Resultados abrangentes - TVM disponíveis para venda líquido de impostos (nota 5a)	–	–	–	–	455	–	455
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	68.351	68.351
Destinações:	–	–	–	–	–	–	–
Reservas	–	–	3				



Banco Cargill

-★ continuação

Banco Cargill S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$)

contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado reconhecidos no resultado do período.

• Hedge de fluxo de caixa - Os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações do efeito da marcação a mercado, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos ou perdas decorrentes da valorização ou desvalorização são reconhecidos no resultado do período. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente no resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado, reconhecidos no resultado do período. As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores de mercado a receber e a pagar são registrados em contas patrimoniais. A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. (e) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: As operações de crédito são classificadas de acordo com seu nível de risco e segundo critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H). As rendas de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas anteriormente. A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é considerada adequada pela Administração para cobrir as perdas prováveis e atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução anteriormente referida. (f) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo: São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização. (g) Investimentos e intangível: É demonstrado ao valor de custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. (h) Redução ao valor recuperável de ativos: Conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.566/08 válido até 31 de dezembro de 2021 e posteriormente pela Resolução CMN nº 4.924/21 válida a partir de 01 de janeiro de 2022, que aprovaram a adoção do CPC 01 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. (i) Passivos circulante e não circulante: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. (j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que tornou obrigatória a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. • Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de efeito provável, quando existentes, são apenas divulgados em notas explicativas. • Passivos contingentes - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com probabilidade provável de saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando classificados com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas com probabilidade de perda remota não requerem provisão nem divulgação. • Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - São decorrentes de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. (k) Imposto de renda, contribuição social, ativos e passivos fiscais diferidos: As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 20 mensais, e contribuição social - 20% a partir de março 2020, 25% de junho a dezembro de 2021, 20% de janeiro de 2022 a julho 2022 e 21% de agosto de 2022 até dezembro de 2022, novamente 20% a partir de janeiro de 2023. Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e registrados conforme legislação vigente. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração do Banco. (l) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, a avaliação das contingências e obrigações, a apuração das respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos e a avaliação do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas. As principais premissas usadas nas estimativas contábeis estão descritas nas notas 3c, 3d, 3e, 3h e 3j. (m) Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras do Banco são apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. (n) Resultado não recorrente: São classificados como "Resultado não recorrente" aqueles que são: • Oriundos de operações/transações realizadas pelo Banco que não estão diretamente relacionadas às suas atividades típicas; • Relacionados, indiretamente, às atividades típicas do Banco; e • Provenientes das operações/transações que não há previsão de ocorrer com frequência em exercícios futuros. A composição do resultado não recorrente está apresentada na Nota 18 l.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dez/2022	Dez/2021
Disponibilidades	53.463	153.708
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional - LTN (nota 5a)	524.353	576.199

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Dez/2022	Dez/2021
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	524.353	576.199

(b) Títulos e Valores Mobiliários: Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC. O Banco adota como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021, foi classificada na categoria "disponível para venda" e estava apresentada como segue:

	Dez/2022	Dez/2021
Valor de mercado		
De 181 a 360 dias		
Acima de 360 dias		

	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado	Ajuste a curva	Total
Carteira Própria					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.725	59.282	68.007	67.682	325
Vinculados à Prestação de Garantias					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	54.045	24.719	78.764	78.619	145
	62.770	84.001	146.771	146.301	470



CNPJ nº 03.609.817/0001-50

Papel/vencimento	Valor de mercado	Dez/2021
	De 91 a 180 dias	180 dias
	360 dias	Total
Carteira Própria		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.816	63.012
Vinculados à Prestação de Garantias		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	44.008	11.383
	55.824	74.395
	130.219	130.576
	(221)	(357)
O ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda foi um ganho de R\$ 470 (perda de R\$ 357 em dezembro de 2021), e é registrado em conta destacada do patrimônio líquido no montante de R\$ 259 de ganho (perda de R\$ 196 em dezembro de 2021), líquidos dos efeitos tributários. (c) Instrumentos financeiros derivativos: (i) Política de utilização: O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às suas necessidades de gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos desembargos entre moedas, indexadores e prazos de suas carteiras, assim como posições de arbitragem. A efetividade dos instrumentos de hedge é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de instrumentos financeiros derivativos e dos valores de mercado dos itens objeto de hedge. (ii) Objetivos: O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção contra risco de mercado e arbitragem, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de moeda e de taxas subdivididas nos diversos indexadores (pré, dólar, cupom cambial, real e CDI). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os quais são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários. (iii) Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado: Como principais fatores de riscos de mercado a que o Banco está exposto destacam-se os de natureza cambial, de oscilação de taxa de juros local e de cupom cambial. O Banco vem atuando de forma conservadora, de maneira que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível. O controle de gerenciamento de riscos das carteiras é efetuado por meio de relatórios diários contendo posição de VaR, limites operacionais, posições em títulos públicos, exposição ao risco cambial, operações de crédito e posições de derivativos. Com base nessas informações, a mesa de operações financeiras providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política previamente definida pela Administração.	(d) Operações ativas vinculadas: O Banco opera com operações ativas vinculadas, nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Estas operações geram ao Banco um ganho de até 0,25% sobre o valor liberado em cada operação ativa vinculada. Em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021 a carteira de operações vinculadas era composta dos seguintes valores:	
		Dez/2022
	Ativos vinculados	Ativos vinculados
	Recursos vinculados	Recursos vinculados
	Receita	Receita
	Despesa	Despesa
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	1.773.593	91.417
Operações de crédito - Empréstimos	892.256	23.058
Operações de crédito - Financiamentos à exportação indireta	408.212	(2.132)
Empréstimos no exterior - Exportação	1.728.047	(86.461)
Empréstimos no exterior - à exportação indireta	408.212	786
Repasses do exterior	892.161	(20.990)
	3.074.061	3.028.420
	115.261	(109.583)
	Dez/2021	Dez/2021
	Ativos vinculados	Ativos vinculados
	Recursos vinculados	Recursos vinculados
	Receita	Receita
	Despesa	Despesa
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	1.706.059	56.099
Operações de crédito - Emprestimos	430.810	33.771
Operações de crédito - Financiamentos à exportação indireta	286.644	66.823
Empréstimos no exterior - Exportação	1.747.431	(51.622)
Empréstimos no exterior - à exportação indireta	717.454	(98.892)
	2.423.513	2.464.885
	156.693	(150.514)
	Dez/2021	Dez/2021
	Parcelas a vencer	Parcelas a vencer
	vencidas	vencidas
	Total	Total
	%	%
Nível		
AA	1.917.124	58,75
A	1.082.879	33,18
B	153.891	4,72
C	92.547	2,84
E	4.312	0,13
H	7.976	0,22
	7.976	12.413
	3.258.729	3.263.166
	100.00	100.00
	23.436	23.436
	Dez/2022	Dez/2022
	Parcelas a vencer	Parcelas a vencer
	vencidas	vencidas
	Total	Total
	%	%
Nível		
AA	1.465.258	50,79
A	990.465	34,33
B	163.221	5,66
C	111.747	3,87
D	58.267	2,02
E	5.953	0,21
G	5.145	0,18
H	49.467	1.413
	2.849.523	2.855.101
	100.00	106.196
	Dez/2021	Dez/2021
	Parcelas a vencer	Parcelas a vencer
	vencidas	vencidas
	Total	Total
	%	%
Nível		
AA</td		



Banco Cargill

★ continuação

Banco Cargill S.A.



CNPJ nº 03.609.817/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$)

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Obrigações em moeda estrangeira	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Dez/2022	
					Total	
Empréstimos no exterior						
- Exportação	822.208	16.288	382.563	506.988	1.728.047	
Empréstimos do exterior						
- Resolução CMN nº 2.921/02	– 340.628	67.584	–	408.212		
	<u>822.208</u>	<u>356.916</u>	<u>450.147</u>	<u>506.988</u>	<u>2.136.259</u>	
Obrigações em moeda estrangeira	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Dez/2021
Empréstimos no exterior						
- Exportação	201.135	228.368	1.260.719	57.209	1.747.431	
Empréstimos do exterior						
- Resolução CMN nº 2.921/02	30.103	216.902	39.639	–	286.644	
	<u>231.238</u>	<u>445.270</u>	<u>1.300.358</u>	<u>57.209</u>	<u>2.034.075</u>	

Obrigações por empréstimos no exterior referem-se a captações com variação cambial do dólar e taxas de juros de 3% a.a. a 9,25% a.a. (2,92% a.a. a 8,75% a.a. em dezembro de 2021).

12. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR

Obrigações em moeda estrangeira	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Dez/2022	
					Total	
Repasses do exterior						
- Resolução CMN nº 3.844/10	–	1.989	–	182.619	184.608	
Repasses do exterior						
- Resolução CMN nº 2.921/02	96.903	467.891	199.651	127.716	892.161	
	<u>96.903</u>	<u>469.880</u>	<u>199.651</u>	<u>310.335</u>	<u>1.076.769</u>	
Obrigações em moeda estrangeira	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Dez/2021
Repasses do exterior						
- Resolução CMN nº 3.844/10	–	–	716	446.440	447.156	
Repasses do exterior						
- Resolução CMN nº 2.921/02	26.000	278.394	110.074	16.342	430.810	
	<u>26.000</u>	<u>278.394</u>	<u>110.790</u>	<u>462.782</u>	<u>877.966</u>	

Obrigações por repasses do exterior referem-se a captações com variação cambial do dólar e taxas de juros de 5,56% a.a. na forma da Resolução CMN nº 3.844/10 (0,82% a.a. em dezembro de 2021), e de 6,75% a.a. a 12% a.a. na forma da Resolução CMN nº 2.921/02 (6% a.a. a 10,5% a.a. em dezembro de 2021).

13. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

(a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

Descrição	Dez/2022	Dez/2021	Dez/2022	
			Até 90 dias	De 91 a 180 dias
Resultado antes do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL)	89.731	103.033		
Juros sobre o Capital Próprio	(42.000)	(60.000)		
Resultado antes do imposto de Renda e da Contribuição Social	47.731	43.033		

Receitas e Despesas tributáveis de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente - 45%

(21.479) (19.365)

Aumento da alíquota da CSLL corrente

- Lei nº 14.183/2021 e Lei nº 14.446/2022

Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:

Despesas indutáveis

Outros

(21.380) (20.149)

A Medida Provisória nº 1.034, de 1º de março de 2021, convertida na Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras de 20% para 25%, a partir de julho de 2021 até dezembro de 2021, produzindo aumento das despesas da CSLL, bem como aumento nos passivos fiscais correspondentes. A Medida Provisória nº 1.115, de 28 de abril de 2022, convertida na Lei nº 14.446, de 2 de setembro de 2022, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras de 20% para 21%, a partir de agosto de 2022 até dezembro de 2022. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Os ativos e passivos fiscais diferidos da CSLL foram reconhecidos pela alíquota de 25% para base com previsão de realização até 31 de dezembro de 2021 e 20% para base com previsão de realização a partir de 1º de janeiro de 2022.

(b) Passivo fiscal diferido

Descrição	31/12/2021	Constituição	Reversão	31/12/2022	
				Dez/2022	Dez/2021
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	710	2.650	(3.360)	–	
Ajuste a valor de mercado de títulos públicos	–	273	(62)	211	

(c) Ativo fiscal diferido

• Natureza e origem dos créditos tributários

Descrição	31/12/2021	Constituição	Reversão	31/12/2022	
				Dez/2022	Dez/2021
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	65.195	603.495	(620.185)	48.505	
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.458	18.091	(21.365)	184	

Provisão para riscos fiscais, obrigações legais e contingências

6.119 451 (252) 6.318

Total dos créditos registrados

74.772 622.037 (641.802) 55.007

• Expectativa e realização dos créditos tributários

	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	25.360	20.288	45.648

Até 2 anos

1.432 1.146 2.578

Até 3 anos

233 187 420

Até 4 anos

24 19 43

Acima de 5 anos

6.204 114 6.318

Total

33.253 21.754 55.007

• Valor presente dos créditos tributários

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 44.176 (R\$ 65.143 em dezembro de 2021), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e trazido a valor presente pela taxa SELIC. Em junho de 2021, houve impacto de R\$ 99 devido a majoração da alíquota da contribuição social em 5% conforme Lei nº 14.183/21.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

(a) Provisões

Descrição	Dez/2022	Dez/2021	Dez/2022	
Até 90 dias	De 91 a 180 dias			

<tbl_r cells="5" ix="5" maxcspan="1" maxrspan



Banco Cargill

-★ continuação

Banco Cargill S.A.



CNPJ nº 03.609.817/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$)

correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento do risco de liquidez contempla o processo diário da liquidez, além de projeções e análises de cenários de stress. A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturado, capaz de identificar, avaliar, monitorar e controlar diariamente os riscos associados ao risco de liquidez, a fim de mantê-los sempre atualizados e compatíveis com a natureza e complexidade dos produtos e serviços prestados pelo Banco. **(f) Risco Social, Ambiental e Climático:** O Risco Social, Ambiental e Climático são potenciais danos gerados a sociedade e ao meio ambiente e podem ter origem em setores variados. O Banco Cargill avalia o risco social, ambiental e climático de seus clientes, de novos produtos e serviços, de suas atividades e negócios sempre pautado pelos princípios da proporcionalidade e da relevância. Por meio dos mecanismos de Know Your Customer (KYC) e Due Diligence, busca-se conhecer o potencial cliente, evitando o relacionamento com indivíduos e entidades que contrariam os princípios éticos do Grupo Cargill e Banco Cargill. Ainda, para garantir o pleno funcionamento dos mecanismos de controle acima, o Banco Cargill monitora periodicamente os seus clientes. **(g) Gestão de capital:** O gerenciamento ou gestão de capital engloba um conjunto de atividades (processo) permanentes e dirigidas ao monitoramento e controle dos níveis de capital exigidos, para suportar as metas e estratégias planejadas para o desenvolvimento do Banco, considerando, inclusive, a cobertura de riscos aos quais a Instituição estará exposta. O objetivo principal do gerenciamento de capital é garantir que se cumpram os requerimentos de capital impostos externamente e proporções de capital compatíveis e saudáveis com fins de suportar seus negócios do Banco. A Diretoria do Banco Cargill garante o processo de gerenciamento de capital na Instituição, considerando também o monitoramento conjunto dos riscos de mercado, de liquidez, de crédito, operacionais, legais e de imagem da Instituição de forma a subsidiar o processo decisório do Banco.

(h) Índice de Basileia

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	448.156	707.037
Patrimônio de Referência (PR)	763.539	703.981
Patrimônio de Referência mínimo para RBAN e RWA	39.245	62.004
Valor total da parcela RBAN	3.393	5.441
Valor da Margem sobre PR (considerando RBAN)	713.090	627.837
Índice de Basileia (PR ÷ RWA)	170,37%	99,57%
Índice de Basileia Amplio (PR-((RBAN+F)+RWA))	155,64%	90,83%
Fator "F" (Resolução CMN nº 4.958/21)	8,00%	8,00%

(i) Divulgação das informações referentes à gestão integrada de riscos: As informações quantitativas e qualitativas, relacionadas à gestão integrada de riscos referente ao Pilar III da Basileia III, estão disponíveis no endereço eletrônico do Banco Cargill, www.bancocargill.com.br (não auditado) dentro do menu "Relatório Gestão de Risco". **(j) Análise de sensibilidade:** Seguem os possíveis impactos no resultado gerados pelas operações com instrumentos financeiros, que expõe o Banco a riscos oriundos de variação cambial e de taxa de juros, com base nos

cenários e exposições abaixo:

(I) Variação cambial

	Exposição	25%	50%	(25%)	(50%)
Futuro dólar	21.296	5.324	10.648	(5.324)	(10.648)
Exposição patrimonial	(17.170)	(4.292)	(8.585)	4.292	8.585
	<u>4.126</u>	<u>1.032</u>	<u>2.063</u>	<u>(1.032)</u>	<u>(2.063)</u>
	Exposição	25%	50%	(25%)	(50%)
NDF Cambial	833.247	208.312	416.623	(208.312)	(416.623)
Futuro dólar	58.977	14.744	29.489	(14.744)	(29.489)
Exposição patrimonial	(890.956)	(222.739)	(445.478)	222.739	445.478
	<u>1.268</u>	<u>317</u>	<u>634</u>	<u>(317)</u>	<u>(634)</u>
	Cenários - Dez/2021				

São considerados quatro cenários que refletem os movimentos das taxas de câmbio de moedas estrangeiras sobre as exposições contidas nas carteiras do Banco. Para cada cenário, consideram-se sempre os impactos negativos em cada fator de risco e desconsideram-se os efeitos de correlação entre esses fatores e os impactos fiscais.

• **Cenário (I):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de 25% na cotação do dólar de 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021; • **Cenário (II):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de 50% na cotação do dólar de 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021; • **Cenário (III):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de (25%) na cotação do dólar de 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021; • **Cenário (IV):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de (50%) na cotação do dólar de 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021.

(II) Taxa de juros

	Cenários	Cenários
	Dez/2022	Dez/2021
Exposição patrimonial	749.578	(180)
DI Futuro	(192.926)	(169)
NDF	—	(847.479)
	<u>556.652</u>	<u>(349)</u>
		<u>(247.481)</u>
	Exposição	DV/100

Utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de juros dos fatores de risco mais relevantes da carteira do Banco, como por exemplo a curva Pré-DI. Tal método tem como objetivo simular os efeitos na marcação à mercado das carteiras do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado. Para análise de sensibilidade das operações com risco de taxa de juros aplicamos choques de 100 bps (pontos base) para mais e para menos nas exposições existentes em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021 e reportamos o cenário que apresenta perda de valor econômico.

DIRETORES

Alvaro Luiz de Rezende Puech
Marina Haidar Chedid Carton
Marlon Glauco Lazaro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e aos administradores do Banco Cargill S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Cargill S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cargill S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante

de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - O plano de implementação da Resolução CMN nº 4.966/21 foi aprovado pela Administração em 7 de junho de 2022 e está estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança e identificar aspectos sistemáticos. O Banco vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma, em 1º de janeiro de 2025.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

CONTADOR

Marcelo Pongeluppi
CRC 1SP212314/O-4



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Luciana Liberal Samia
Contadora - CRC 1SP198502/O-8